

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis.

SABER

A Ciência da Sinceridade e da Transparência

Elemento fundamental para o
desenvolvimento sustentável

Conversa Afinada

Um artigo escrito por 4 experts
em Contabilidade Aplicada ao
Setor Público.

Palavra do Mestre

Lino Martins faz reflexões sobre
a governança pública.

Perfil

Personalidades em destaque na
Contabilidade: José Martonio
Alves Coelho e Valcemiro Nossa.



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS





IX Encontro Nacional da
Mulher Contabilista
2013 Santos – São Paulo



27 a 30 de novembro de 2013
Santos – São Paulo
MSC Fantasia

Mulher Contabilista: bem-vinda ao futuro!

Após oito bem-sucedidas edições, o *Encontro Nacional da Mulher* – já incorporado como evento tradicional da classe –, chega a sua nona edição com uma grande novidade: pela primeira vez, será realizado a bordo de um navio.

Com o lema *Mulher Contabilista: bem-vinda ao futuro!*, o encontro, bem como as edições já realizadas, tem por objetivo reunir profissionais para debater importantes assuntos relacionados à área técnico-contábil e gestão empresarial.

O MSC Fantasia é o maior navio de cruzeiros construído por um armador europeu. O navio de bandeira MSC Cruzeiros é uma obra-prima em estilo italiano: uma combinação perfeita entre tecnologia avançada, elegância e serviços exclusivos. A construção do transatlântico MSC Fantasia foi envolvida pelo espírito moderno que ressalta a preservação do meio ambiente sem prejudicar o conforto dos hóspedes.

Não perca a oportunidade de participar deste grande evento. Faça agora a sua inscrição!

Acesse

<http://encontromulher.cfc.org.br/>



Idealização



Organização



Apoio



Nossa edição número 1

O nascimento de um veículo de comunicação – como a Revista ABRACICON SABER, que ora vem a lume – é sempre alvissareiro, na medida em que abre mais um importante canal de relacionamento, regular e sistemático, ensejando maior aproximação entre a Entidade e o seu público institucional.

Com periodicidade trimestral, a Revista, cujo primeiríssimo número o autor tem diante dos olhos, traz uma proposta arrojada. Sem perder de vista o caráter técnico-científico, buscará uma linguagem mais leve, com design inovador, especialmente atrativo para o público jovem.

Esperamos, e estamos investindo muito neste projeto, abrir novo espaço para o encontro e o entendimento das gerações. Por um lado, resgatando e valorizando as contribuições científicas, os fatos e feitos dos memoráveis mestres da Contabilidade; a evolução das experiências e os avanços técnicos exitosos alcançados pela profissão que abraçamos. De outra parte, incentivando e apoiando a juventude acadêmica e seus professores, os novos profissionais que chegam ao mercado de trabalho, os pensadores anônimos e os empreendedores contábeis a divulgarem suas obras e inteligências atuantes; para disseminarem a energia

que fomenta o presente, enquanto assegura o sucesso futuro da Contabilidade Brasileira.

A sua ABRACICON SABER, caro leitor, pretende ser um meio eficaz de união e continuidade entre os Cientistas e os Profissionais, entre a Teoria e a Prática, indispensáveis à racionalidade do 'fazer contábil'. Dando especial ênfase à atração de novos pensadores, de apreciadores e patrocinadores das Ciências Contábeis, para abraçarem conosco, na Academia Brasileira de Ciências Contábeis, o árduo desafio de um ideal grandioso. Qual seja: manter a nossa profissão sempre respeitável e em elevado conceito técnico-científico, tanto no Brasil, quanto no concerto das Nações avançadas.

Aguardamos, aqui, os jovens talentos, os profissionais bem sucedidos e os empreendedores vitoriosos para arejarem, com suas ideias e experiências inovadoras, o universo da Contabilidade; para criarmos saberes, democratizando conhecimentos, tudo para o bem da profissão, para a grandeza da Classe, em benefício maior da sociedade.

A concretização de um projeto dessa magnitude, entretanto, tem elevado preço! Requer, pois, além da boa vontade



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da ABRACICON

dos articulistas, o espírito de voluntariado da Classe; demanda a colaboração dos parceiros institucionais e depende, naturalmente, da contrapartida financeira dos anunciantes; os quais terão aqui espaço reservado e privilegiado, para divulgarem os seus produtos e serviços para um público direto, que já ultrapassa meio milhão de profissionais.

Seja como Contadora, Professora ou, neste momento histórico, Presidente da ABRACICON, sinto-me muito honrada e feliz em juntar o meu abraço pessoal ao grandioso amplexo da profissão contábil, irmanada no Sistema CFC-CRCs, com o universo acadêmico que alberga as Ciências Contábeis.

EXPEDIENTE

Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON)

Endereço: SAS - Quadra 05 - Bloco J - 9º andar, CEP: 70070-000 – Brasília, DF.

Presidente:

Maria Clara Cavalcante Bugarim
Gestão 2009 a 2013

Colaboração: Paulo Fernandes Torres Veras e Adriana Guimarães

Contato:

(61) 3314-9453 | abracicon@cfc.org.br
abraciconsaber@abracicon.org.br
www.abracicon.org.br

Tiragem: 6.000 exemplares

Periodicidade: Trimestral

Impressão: Gráfica Athalaia

Projeto Gráfico, Redação e

Diagramação: CQueiroz
Comunicação – (81) 3429.5846

Matéria de Capa

12

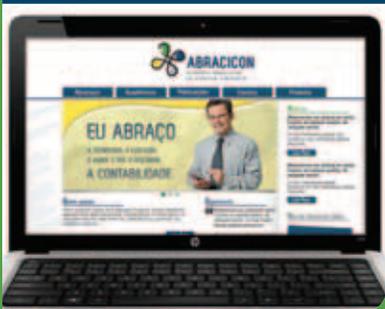
A Ciência da Sinceridade e da Transparência



Regionais

05 | Notícias relacionadas às Academias Regionais

Academia



08 | Um abraço à nova fase



Jovem Contabilidade

10 | Colunas: Especializando-se e Praticando a teoria x Teorizando a prática

Palavra do Mestre



15 | Contabilidade pública: reflexões sobre a governança pública



Perfil

22 | José Martonio Alves Coelho e Valcemiro Nossa

Indicações



24 | Livros

Conversa Afinada

18

A Contabilidade em busca do crédito perdido





Academia Paulista de Contabilidade é reinstalada para recuperar o patrimônio cultural contábil do estado

Com o propósito de estimular a produção de obras científicas, o pensamento filosófico e a disseminação de conhecimentos sobre a Contabilidade, visando o fortalecimento das Ciências Contábeis no Estado de São Paulo, renomados profissionais da área reinstalam a Academia Paulista de Contabilidade - APC, que fora instituída em 1952 por notáveis profissionais da área contábil.

O foco das atividades da APC será o de mapear e divulgar o patrimônio cultural da Contabilidade paulista, uma vez que a Entidade visa fomentar o estudo das Ciências Contábeis em nível nacional e internacional.

Para o presidente e membro fundador da Academia, Irineu de Mula, além do estímulo ao conhecimento científico da

profissão, a Entidade também tem por missão homenagear, valorizar e perpetuar a memória de muitos profissionais que lutaram e dedicaram suas vidas às causas contábeis. "Em sua nova fase, a Academia contribuirá para a valorização da Contabilidade ao impulsionar os profissionais a manterem sempre em evolução a pesquisa e o desenvolvimento da profissão", acrescenta.

Segundo o Presidente da APC, que já foi representante do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio - OMC em projetos relacionados com a área contábil e, ainda, como representante brasileiro junto à International Federation of Accountants - IFAC, se a ciência evolui, é natural que o profissional também evolua em relação ao desenvolvimento do patrimônio cultural contábil. "Por isso reinstalamos a Academia e precisamos

seguir em frente a fim de acompanhar e incentivar nosso envolvimento nessa evolução".

O empresário de Contabilidade, Domingos Orestes Chiomento, membro da Academia, um dos defensores da ideia de reinstalar a APC durante o exercício de sua presidência no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo em 2010-2011, afirma que "o Estado de São Paulo reúne um número considerável de notáveis profissionais e estudiosos dessa ciência. Nada mais oportuno, portanto, do que reinstalar a Academia, que funcionou nos anos 50, e que hoje servirá como ponto de encontro para os Acadêmicos, estudiosos, especialistas, mestres, doutores e escritores das Ciências Contábeis. Neste ambiente, teremos a oportunidade de perpetuar o conhecimento contábil através dos tempos".

Pernambuco se prepara para o 2º Academicon

No mês de setembro, a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon) irá realizar a segunda edição do Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia de Ciências Contábeis, o Academicon. O evento reunirá grandes nomes da contabilidade regional e nacional para conversar com um público composto por profissionais contábeis, professores e estudantes. "É muito gratificante para nós da Apecicon, poder realizar esse evento pelo

segundo ano consecutivo. Ele mostra que o contabilista pernambucano está sempre buscando acompanhar a evolução constante da contabilidade", conta Geraldo Queirós, presidente da Academia Pernambucana.

Em 2011, grandes nomes da área contábil abrilhantaram o encontro, entre eles o especialista em Contabilidade Pública, Joaquim Liberalquino, e o doutor em Ciências Contábeis, Jerônimo Libonatti.



Academia Norte-Rio-Grandense completa 35 anos

No dia 16 de julho de 2012, foi realizada, no Campus da Universidade Potiguar – UNP, em Natal, Rio Grande do Norte, a solenidade em comemoração aos 35 anos da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis – ACADERNCIC. Na ocasião, foi oficializada a bandeira, flâmula, insígnias e distintivos, bem como seus usos. Também aconteceu a posse do membro efetivo: Liêda Amaral de Souza – Cadeira nº 06, patrono Albert Roselli – e

a homenagem à Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ).

Para abrilhantar a solenidade, os membros presentes assistiram à palestra: "A Ética e a sua Aplicação no Mundo Contemporâneo. Isto é Possível?", ministrada pelo professor do Departamento de Filosofia da UFRN, Licenciado em Filosofia Plena e Mestre em Educação pela UFRN; Doutorando em Filosofia (UFPE-UFPB-UFRN), Sérgio Eduardo Lima da Silva.

Conheça as regras de uso da bandeira, flâmula, insígnias e distintivos aprovados pela Assembleia Geral.

§ 1º - Os diplomas dos membros fundadores, efetivos, honorários e beneméritos terão o símbolo da entidade.

§ 2º - A medalha usada pelos acadêmicos terá o distintivo da Academia e no verso constará o nome deste com a respectiva data de posse.

§ 3º - O lematício da Academia está representado pelo "Ad Augusta Per Augusta", que significa: "Vai-se a coisas grandiosas, por meio de coisas grandiosas".

§ 4º - Quando da representação externa dessa academia os acadêmicos deverão

usar a pelerine. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias o uso desta será facultativo.

§ 5º - Nas sessões solenes e comemorativas da Academia os acadêmicos deverão usar o fardão.



Criada a Academia Maranhense de Ciências Contábeis

Em solenidade realizada no dia 30 de maio passado, foi criada a Academia Maranhense de Ciências Contábeis, entidade que vai congrega profissionais que atuam na produção de saber para o desenvolvimento da contabilidade.

A criação da Academia é uma antiga aspiração da classe, que teve o apoio do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MA) na formação da entidade. A primeira assembleia definiu a estruturação da Academia, aprovou o Estatuto e elegeu a diretoria, cuja presidente é a contadora Eulália das Neves Ferreira.

“A partir de agora vamos trabalhar para promover a divulgação do conhecimento contábil, valorizando e incentivando a publicação de trabalhos técnicos produzidos no estado”, afirmou Eulália.

O presidente do CRC-MA, Heraldo de Jesus Campelo, elogiou a iniciativa de fundação da Academia e ressaltou a parceria que deve existir entre as duas entidades. “Apoiamos integralmente o esforço dos contabilistas que se organizaram para fundar a Academia, porque ela será uma instituição que vai fomentar e difundir a ciência contábil”, disse Heraldo.

A partir da criação da Academia, o conhecimento contábil no Maranhão deverá ganhar um novo impulso com o maior acompanhamento da evolução técnica da Contabilidade e uma maior produção cultural neste segmento.

Outro foco da nova instituição é a preservação da história e memória da atividade contábil no estado, o que será feito através de produções específicas e com a homenagem e valorização de estudiosos, professores, escritores e personalidades que tenham prestado colaboração científica e serviços relevantes à classe.

Diretoria da Academia Maranhense de Ciências Contábeis:

Presidente:

Eulália das Neves Ferreira

Vice-presidente:

Antônio das Graças Alves Ferreira

Primeira secretária:

Janieire Queiroga

Segunda secretária:

Dalila Araújo de Sousa Furtado

Primeiro tesoureiro:

Domingos Cezar Everton Serra

Segundo tesoureiro:

Sérgio Murilo Cruz de Oliveira

Diretor científico:

Francisco Gilvan Moreira

Conselho fiscal:

Efetivos:

Heraldo de Jesus Campelo, Antônio Joaquim Pereira Filho e Nilton Luiz Lima Prazeres

Suplentes:

Maria de Nazaré dos Anjos, Jose Maria Paixao e Júlio César Duarte (suplentes)

Um abraço à nova fase



DESENVOLVER,
ABRAÇANDO O SABER



2 012 certamente é um ano especial para a Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Sob a gestão da presidente Maria Clara Bugarim, a Academia ganha novas propostas de gestão e comunicação, muito mais dinâmica e inovadora. A primeira mudança (e a mais evidente) é a nova identidade visual, que chega com um design arrojado, buscando unir acadêmicos, profissionais do mercado e universitários em um mesmo propósito, abraçar a profissão contábil.

Para esta nova fase, o “abraço” aparece simbolizando a ideia de uma Academia que tem gestão ativa nas questões da contabilidade, atuante nos eventos da classe, bem como uma entidade que busca estar junto ao universitário, por meio de incentivos ao estudo aprofundado das ciências contábeis.

A ABRACICON também passa a estar perto do contabilista em um mix de pro-

duto que levam a nova marca (agendas, blocos de anotações, camisetas, canetas, capas para iPhones, entre outros.). E todos podem ser adquiridos pelo site oficial da Academia. Outras duas novidades no quesito comunicação são: primeiramente, esta publicação, a Abracicon Saber; e, segundo, o novo site oficial abracicon.org.br.

Academia online

Focada na ideia de inovação, a ABRACICON lança seu novo site, com design leve, agradável, construído com o que há de mais moderno no ramo de sites da web. Isso tudo visando a melhor acessibilidade para o internauta. Na página, o usuário poderá ter acesso a tudo

sobre a entidade: conhecer sua história, presidentes, patronos e ocupantes de cadeiras, e também ler o estatuto, os objetivos, os projetos desenvolvidos e os eventos realizados. Lá o usuário também encontrará a versão online da Abracicon Saber e os produtos personalizados com a nova identidade.



ABRACICON - Academia Brasileira de Ciências Contábeis visa integrar o universo acadêmico ao contexto pragmático da profissão.

Através do elo científico, a ABRACICON agrega valor aos profissionais contábeis, por fortalecer sua imagem, conferindo-lhes o status de cientistas perante a sociedade, remontando a estima que lhes é devida. Desse modo, a ABRACICON fortalece toda a classe profissional e ainda estimula a formação de novas gerações sem deixar de prestigiar os seus imortais expoentes que tanto lutam por fazer do profissional da contabilidade uma peça-chave para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Compreendemos, assim, que o novo Logotipo da ABRACICON deve buscar em seus traços e conceituação estratégica a valorização do profissional contábil através do viés do conhecimento científico, colocando o saber como ferramenta intrínseca à evolução da Ciência Contábil.

Acadêmicos, Brasil, Ciência, Contabilidade. O conceito básico da estética do

Logo remete à união indissociável desses quatro pilares que, unidos entre si dão vida a um núcleo em comum: a própria Academia. Os quatro pilares, observados em suas individualidades mostram-se em um processo natural de construção. Nada está acabado, nem estará. Tudo está um processo contínuo de evolução e isso pode ser observado no conteúdo pincelado e incompleto que preenche cada uma dos pilares.

As formas arredondadas do logo desenvolvido são inspiradas em símbolos típicos da ciência, revisitados sob uma abordagem fluida que lembra ainda uma forma desenhada à mão, um traço marcante, autoral.

As formas, traços e cores do símbolo são vibrantes e dinâmicos, e isso é estratégico na medida em que se busca também uma aproximação maior com o público de estudantes e imprimir um tom jovial e de renovação para a entidade.

As cores verde e amarelo remetem à abrangência territorial da ABRACICON, a tonalidade diferenciada do azul traz o

valor de inovação e modernidade a esse contexto de brasilidade. O cinza por sua vez remete ao tom de sobriedade e profissionalismo enquanto o preto se integra ao conjunto para dar o contraste necessário para uma marca forte e vibrante.

A tipografia, não serifada, é forte e moderna agregando uma solidez marcante que enaltece a grandeza de quem ela representa, um organismo vigoroso e renovado que, abraçando sua classe, é porto seguro para todos os profissionais da contabilidade do Brasil.



Jovem profissional ou estudante de contabilidade, este espaço é seu, mande notícias!

A partir da próxima edição, esta página da ABRACICON SABER será dedicada aos jovens contabilistas estudantes ou recém-saídos da universidade. Será uma editoria dedicada a apresentar à sociedade contábil o material produzido por esses que são o futuro da nossa profissão.

Se você, leitor, é graduando do curso de Ciências Contábeis ou profissional que acaba de ingressar no mercado de trabalho, esta coluna é uma excelente oportunidade de mostrar seu trabalho numa publicação de

abrangência nacional. Envie-nos artigos de sua autoria, testemunhais ou cases de sucesso sobre assuntos relevantes da nossa profissão e da realidade do jovem que inicia sua carreira na profissão contábil.

Você também pode sugerir assuntos que deseja ver tratados nesta coluna pensada especialmente para você.

Entre em contato conosco através do e-mail **abraciconsaber@abracicon.org.br**. Vamos juntos abraçar o conhecimento!



IFRSs no Brasil: ensino focado na Teoria

por Fábio Moraes da Costa



A adoção das International Financial Reporting Standards (IFRSs) no Brasil trouxe uma preocupação crescente na área de educação. Como prepararmos os futuros profissionais para o novo modelo contábil brasileiro?

O International Accounting Standards Board (IASB) sugere que o ensino das IFRSs seja baseado em seu arcabouço conceitual. A ideia é a de que conheçamos a fundo os principais conceitos que subsidiam os pronunciamentos.

Pensando nas Universidades, é comum ouvirmos o jargão “na prática, a teoria é outra”. Será? As teorias são desenvolvidas justamente para explicar o que observamos na prática. Assim, se a teoria não está alinhada à prática, pode ser que a mesma necessite de ajustes, que esteja equivocada ou ainda que não sejamos capazes de compreender todos os fenômenos que existem.

Não podemos esquecer que a experiência profissional é que nos ajuda a com-

preender como os conceitos da teoria “se encaixam” na prática. Cabe às Universidades e livros didáticos formarem profissionais capazes de reciclarem continuamente seus conhecimentos. Teoria como fundamento para o exercício profissional.

O foco do ensino focado nos conceitos, ou na teoria, deriva da ideia de que somente uma base conceitual levará o profissional a compreender o modelo que existe hoje e, principalmente, suas alterações no futuro. Como exemplo, cito a recente emissão de quatro novas IFRSs pelo IASB. Estes novos pronunciamentos devem chegar em breve aqui no Brasil.

Assim, apenas com conhecimentos sólidos é que poderemos “praticá-los” com competência. Caso contrário, aqueles que só sabem “como fazer” não saberão “o que fazer” quando alguma coisa mudar. Saber “porque fazer” é essencial. E é isso que se espera na formação de um profissional contábil capacitado: saber alinhar a teoria à prática.



Fábio Moraes da Costa é professor associado da Fucape Business School, atuando também pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) e pela Organização das Nações Unidas (ONU). É Bacharel, Mestre e Doutor em Ciências Contábeis pela USP. Atua há 12 anos na área de contabilidade societária (IFRS/CPCs/USGAAP) e é coordenador e instrutor em treinamentos customizados para as maiores instituições brasileiras, tais como Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, BNDES, Comissão de Valores Mobiliários, Odebrecht, Petrobrás e Vale. Suas pesquisas foram publicadas no Brasil e no exterior.

Contabilidade e Conhecimento Global

por Fernando Caio Galdi



Fernando Caio Galdi é pós-doutor em Contabilidade pela University of Arkansas – USA, doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP e professor Associado da FUCAPE Business School (FBS).

Com a criação do IASB, antigo IASC, na década de 70 o termo “Contabilidade Internacional” foi cunhado. Desde então, as normas emitidas por este órgão (hoje chamadas de IFRSs) passaram a ser consideradas como de alta qualidade e diversos países as inseriram como obrigatórias em suas jurisdições. Atualmente há aproximadamente 120 países que requerem ou permitem a adoção das normas emitidas pelo IASB. Como sabemos, o Brasil é um deles. Neste contexto, faz mais sentido nos referirmos às normas emitidas pelo IASB como normas globais, pois agora estas são adotadas inclusive por nós. Esta nova realidade também exige a globalização do conhecimento do Contador.

Muitos são os benefícios do investimento em conhecimento. O conhecimento gera tecnologia e a tecnologia gera desenvolvimento, seja em nível agregado, seja em nível individual. Podemos perceber pelo grau de desenvolvimento dos países, que aqueles em que a produção de conhecimento é mais acentuada são os que possuem os melhores indicadores econômi-

cos e sociais. A geração de conhecimento também contribui diretamente com o crescimento e valorização de uma profissão. Isto tem se demonstrado verdade entre diversas áreas e na Contabilidade não é diferente. Estudos demonstram existir uma relação positiva entre tempo de estudo e salário. Profissionais que dominam um conjunto amplo de disciplinas e possuem uma visão multidisciplinar são, via de regra, os mais bem sucedidos. Mas de onde vem o conhecimento e como ele é gerado?

Pode-se dizer de maneira resumida que existem duas formas de conhecimento. A primeira diz respeito à sua absorção e retenção. Nesta situação a transferência de conhecimento se dá, normalmente, em salas de aula, na experiência prática do profissional e na leitura de textos, livros e artigos científicos. A segunda forma é a geração do conhecimento. O conhecimento vem da pesquisa e a maior responsável (porém não única) pelo seu desenvolvimento é a academi-

cia. Conceitos que hoje são difundidos na prática profissional como Valor Justo, Impairment, Disclosure, Balanced Scorecard, Custeio ABC, entre outros, foram desenvolvidos e discutidos na academia e transferidos a aperfeiçoados pela prática.

Assim, os novos profissionais da Contabilidade Global devem sempre estar atentos para a geração e a disseminação do conhecimento, de maneira a não ficarem para trás nesta disputa globalizada de recursos e talentos.



A Ciência da Sinceridade e da Transparência

por Antoninho Marmo Trevisan

O Tractatus de Computis et Scripturis ("Contabilidade por Partidas Dobradas"), do frei Luca Bartolomeo de Pacioli, publicado em 1494, estabeleceu um conceito inexorável: para cada débito deve existir crédito equivalente. A sábia fórmula já era válida na Idade Média, quando viveu o antológico frade toscano, reconhecido como o pai da contabilidade. No contexto da sofisticada economia contemporânea, sua releitura é ainda mais pertinente: para cada aplicação de recursos é preciso haver sempre a fonte identificada.

É exatamente por conta desse indefectível e emblemático conceito basilar que a ciência contábil floresce e se desenvolve satisfatoriamente quanto mais democrático for o país. Balanços publicados dão a exata dimensão do desempenho das organizações. Se os lucros dos bancos são maiores do que a soma dos obtidos pe-

las outras empresas listadas na Bolsa de Valores, logo se conclui que os juros cobrados estão elevados e sugam parte da saúde financeira dessas firmas. E mais: a política monetária é alterada em função dessa informação. Se o balanço das contas da previdência indica despesas maiores do que as contribuições, é fácil prever que o sistema estará comprometido.

“É exatamente por conta desse indefectível e emblemático conceito basilar que a ciência contábil floresce e se desenvolve satisfatoriamente quanto mais democrático for o país.”

Imaginem informações dessa natureza em ditaduras. Tiranos em geral controlam seu povo sem lhes dar condições de divergir. Regimes políticos fechados não querem nem balanços, muito menos contas publicadas. A contabilidade pública, então, nem se fale! Quanto mais complexa e menos inteligível, menor o número de cidadãos acessando, entendendo e questionando. Afinal, trata-se da ciência da sinceridade e da transparência, que contribui para a consolidação da democracia, pois é através dela que a sociedade conhece de modo claro e per-

manente o que se passa nas empresas e no Estado.

A relevância do contador é de tal ordem, que em países como a Inglaterra o orçamento do governo é sempre assinado por um desses profissionais e entregue ao Parlamento pelo primeiro ministro, em ato de grande visibilidade pública. Jornais e revistas são editados para debater o orçamento e programas de televisão e de rádio passam temporadas tratando do tema pelos cidadãos comuns. Ser contador no Reino Unido tem tal significado que até pouco tempo atrás era a rainha quem entregava solenemente a carteira profissional.

Porém, por que no Brasil a contabilidade não foi tratada da mesma forma que nas nações desenvolvidas? Por que os nossos jovens não se entusiasmam pela carreira? Afinal, paga-se muito bem, o mercado está sempre demandando esse profissional e ele pode ser um empresário se quiser. Parece que a profissão perdeu parte da sua relevância durante a ditadura militar. Informação clara e boa não era exatamente o que se queria levar à sociedade naquele momento. O outro aspecto que parece ter também perturbado o interesse pela ciência contábil foi a inflação descontrolada dos anos 70 e 80 e parte dos anos 90. Durante quase três décadas, nossos bravos contadores ficaram de cabelos brancos, cuidando de corrigir



monetariamente os balanços para que as empresas e o país se mantivessem governáveis. Sem falar na interferência do fisco, que fazia da contabilidade o seu instrumento para calcular e taxar.

Parte das mudanças veio com a Lei das Sociedades por Ações, de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, iniciando-se um processo de arejamento da contabilidade brasileira, possibilitando a abertura do mercado de capitais e viabilizando recursos da poupança nacional para as empresas privadas. Mais recentemente, a lei 11.638, de 28 de setembro de 2007, estabeleceu a convergência, adequando a contabilidade às normas internacionais. Assim, passamos a ter um padrão mundial. Hoje, o balanço feito no Brasil é o mesmo de todo o mundo.

A grande missão da contabilidade desde os conceitos delineados pelo frei Luca Bartolomeo de Pacioli, é estabelecer a figura da responsabilidade no trato da coisa pública e privada. Este elementar princípio, que ele descreveu em 1494, basicamente instituiu uma nova ordem econômica, que indicava ser impossível que uma pessoa pudesse aplicar um recurso sem ter a sua origem definida e calculada. Quando não se respeitam tais pressupostos, tende-se a montar orçamentos que não fecham, contas que não batem e empresas e países que

quebram. Nações incapazes, inclusive, de cumprir minimamente as práticas ligadas à sustentabilidade, que não podem mais ser desvinculadas dos processos de crescimento econômico. Observou-se isso, recentemente, nos debates e conteúdos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A contabilidade, como vimos, confere muito mais transparência às ações e aos balanços das



atividades produtivas, permitindo que os distintos setores — agricultura, indústria, serviços e sistema financeiro — respondam de modo mais eficaz à crescente exigência da sociedade quanto à ética, correção e seriedade do universo corporativo. Os mesmos parâmetros aplicam-se às contas do setor público e

vimento sustentável (social, econômico e ambiental), apresentando-se como fator decisivo para a promoção do progresso sob as mais contemporâneas demandas de nossa civilização.

Empresas sólidas, com balanços financeiros reais e confiáveis, e governos com responsabilidade fiscal, gestão eficiente e proba têm maiores possibilidades de gerar renda e empregos e de prestar serviços essenciais de qualidade nos campos da educação, saúde e habitação. Assim, ampliam-se as possibilidades de se promover a inclusão social de maior contingente de pessoas e se viabiliza investir mais recursos no atendimento à população e no bem-estar da sociedade.

Ademais, Estado e mercado financeiramente saudáveis podem investir de maneira mais efetiva na chamada economia verde, na produção limpa, recuperação dos biomas e ecossistemas e na preservação ambiental. Conciliar produção com os preceitos fundamentais da ecologia exige investimentos vultosos e toda uma mudança cultural, que somente a estabilidade econômico-financeira tornará efetivamente viável.

Por todas essas razões é que, ao contrário do que ocorria no transcurso dos regimes de exceção e nos tempos em que sustentabilidade era um termo ainda inexistente, no Brasil de hoje, no qual

prevalecem os valores do capitalismo democrático e as metas da inclusão social e do crescimento harmonioso com a ecologia, a contabilidade floresce e se posiciona como atividade cada vez mais relevante. Trata-se de fator decisivo para atribuir credibilidade aos setores público e privado, criando base importante de sustentação para nosso progresso.

Por tudo isso, é fundamental a formação de novos contadores altamente capacitados no plano técnico e conscientes de seu papel no processo de desenvolvimento do País. Que os jovens passem a descobrir essa emocionante profissão!

“A relevância do contador é de tal ordem, que em países como a Inglaterra o orçamento do governo é sempre assinado por um desses profissionais e entregue ao Parlamento pelo primeiro ministro, em ato de grande visibilidade pública.”

na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do setor público.

Ao oferecer condições mais adequadas e informação fidedigna para subsidiar a segurança dos negócios, a transparência e a ética no setor estatal, a ciência contábil torna-se, cada vez mais, elemento fundamental para o sucesso das metas preconizadas no chamado tripé do desenvol-



Antoninho Marmo Trevisan é o presidente da Trevisan Escola de Negócios, membro da ABRACICON – Academia Brasileira de Ciências Contábeis e do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Contabilidade pública: reflexões sobre a governança pública

por Lino Martins da Silva

Em diversas oportunidades temos ouvido críticas ao processo de consolidação de balanços estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional e à forma como vem sendo interpretado o disposto no Capítulo IX, seção II da Lei da Responsabilidade Fiscal que trata da escrituração e consolidação das contas dentro do processo de transparência, controle e fiscalização.

As críticas podem ser segregadas em duas vertentes: a primeira diz respeito à competência da STN para a edição de normas gerais para consolidação e a segunda refere-se à forma como tal consolidação vem sendo realizada.

No primeiro aspecto, não resta dúvida de que o § 2º do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuiu ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67, competência para editar normas gerais relacionadas com a

consolidação das contas públicas estabelecendo, ainda, no art. 51 que o Poder Executivo da União promoverá, até o dia

“**A consolidação das contas públicas é tema antigo que nunca foi bem resolvido, tanto no meio acadêmico, como no mundo prático**”

trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

O segundo aspecto diz respeito à forma como tal consolidação vem sendo realizada: para alguns a consolidação das contas públicas não deveria ser efetuada por meio de registros digráficos e sim por intermédio da apuração extra-contábil, mediante a utilização de procedimentos estatísticos, isto é, por meio de mapas e tabelas no lugar das tradicionais contas.

Aceito como válido e legal o primeiro aspecto, resta-nos fazer uma reflexão sobre a forma de consolidação e o uso, cada vez maior, dos instrumentos contábeis de relevação.

A consolidação das contas públicas é tema antigo que nunca foi bem resolvi-



do, tanto no meio acadêmico, como no mundo prático, conforme podemos verificar na lição do saudoso Professor gaúcho, Holy Ravanello (1958) que tratou do tema em sua tese para ocupar a cátedra na UFRGS:

"Necessidade e alcance da consolidação dos balanços do grupo econômico estatal. Pode parecer estranho que a técnica da consolidação de balanços de contas não tenha sido objeto de maiores cogitações de parte dos estudiosos e técnicos da contabilidade pública. Embora não se tenham realizado estudos mais aprofundados sobre o tema, não faltam pronunciamentos e iniciativas que refletem a conveniência de consolidarem-se os balanços e as contas públicas a fim de expor em síntese as operações, os resultados de exercício e a composição do patrimônio dos grupamentos azideais que se formam tanto na esfera de um governo central como na das unidades político-administrativas de âmbito regional ou local."

Embora não tenhamos, em mãos, os anais das discussões realizadas quando da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que, certamente, muito auxiliariam no entendimento teleológico do disposto no artigo 50 pertinente à consolidação das contas, atrevo-me a uma especulação com base no que vem sendo denominado, a nível mundial, de "o desabrochar da Contabilidade Nacional como Sistema de Informação".



(...) todos devem concordar que o sistema de informações contábeis é de fundamental importância para a melhoria contínua da governança pública



Tal especulação tem por base diversos estudos afirmativos de que os sistemas de Contabilidade Nacional surgem na confluência de várias contribuições científicas e técnicas e tornam-se sucessivamente mais internacionais, mais complexos e partes integrantes da nossa "sociedade de informação".

Aos críticos da consolidação digráfica, é preciso lembrar que os instrumentos utilizados pela Contabilidade constituem uma sistematização natural de qualquer sistema de informações e relatórios e que a construção dos sistemas internacionais de Contabilidade Nacional foi desencadeada com a publicação, pelas Nações Unidas, de um trabalho liderado por Richard Stone, intitulado "Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts" – que, segundo Costa (2010) constituiu a primeira apresentação internacional de um sistema de informação, onde são realçadas as preocupações com o rigor e com a harmonização de procedimentos.

Por sua vez, o Plano Marshall desencadeou a publicação, em 1952, pela OCDE, do "Standardised System of National Accounts" e o ano de 53 assistiu ao aparecimento do primeiro sistema das Nações Unidas, o System of National Accounts (SNA). Estas são duas publicações que constituem a denominada "segunda geração" em que, apenas, três setores são consagrados:

- (a) empresas
- (b) famílias
- (c) Instituições sem fim lucrativo
- (d) governo (incluindo a segurança social)

Em 1968, o mesmo Stone resolveu construir um novo SNA com abordagem si-



“
**Aos críticos da
 consolidação digráfica, é
 preciso lembrar que os
 instrumentos utilizados pela
 Contabilidade constituem
 uma sistematização
 natural de qualquer
 sistema de informações
 e relatórios**
 ”

milar ao de 1947 na tentativa de atingir várias finalidades de análise e de política econômica, ultrapassando a visão reducionista da incidência em agregados macroeconômicos.

Por sua vez, em 1970, a Comunidade Europeia desenvolveu seu próprio sistema – The European System of National Accounts (ESA) – que constitui uma adaptação do SNA às condições específicas do projeto europeu.

O ESA tem por objetivo fornecer uma linguagem econômica comum indispensável aos diferentes trabalhos de análise e de projeção ligados ao exame e à orientação das políticas econômicas. Em comparação com os sistemas da “segunda geração”, imprime um maior rigor aos conceitos e apresenta uma informação mais detalhada nas operações de produção – através dos quadros de Entrada e Saída – nas operações de repartição e nas operações financeiras – estas através das contas financeiras.

A classificação dos agentes e fluxos econômicos, num número restrito de categorias e entidades contábeis e a sua inscrição num quadro econômico de conjunto – para uma representação adequada do circuito econômico –, vai permitir a análise, a previsão e a condução da política econômica dos países aderentes.

Finalmente, a quarta geração é constituída pela SNA e pelo ESA.

O SNA foi criado sob a responsabilidade de cinco organizações internacionais – Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, União Europeia, OCDE e Banco Mundial – e representa um avanço na Contabilidade Nacional além de ambicionar ser um guia fundamental na compilação dos seus dados; promove uma construção integrada e harmonizada das várias estatísticas econômicas; assume-se como instrumento de análise de utilização indispensável em comparações internacionais.

O sistema ESA em harmonização com o SNA contempla:

(a) Contas articuladas dos fluxos que percorrem todo o circuito econômico, desde a produção acumulação não financeira, construídas para os setores residentes e para o país.

(b) Os fluxos financeiros, transmitidos pelas contas financeiras de todos os setores residentes, do resto do mundo e dos países.

(c) Contas para o setor resto do mundo, que fazem a interligação do sistema com a balança de pagamentos.

(d) Contas para registrar os outros fluxos que, seja por alteração de volume ou por valor, vão influenciar a variação patrimonial.

(e) Balanços, por setores residentes e para o país, que se interligam com as contas de fluxo e permitem apurar o valor do patrimônio ou riqueza.

A nosso juízo, a consolidação das contas, na forma como está incluída na Lei de Responsabilidade Fiscal e a utilização do



método digráfico de consolidação parece indispensável para uma nova forma de governança no setor público e inclui três alterações básicas nos conceitos até agora vigentes:

1ª. – consiste na criação de uma nova entidade – o setor público – que permite uma melhor gestão das finanças públicas em época de crescentes riscos e profundas mudanças institucionais, em especial, as relacionadas com as relações entre o Estado e o mercado.

2ª – permite o conhecimento do resultado orçamentário das ações de curto prazo (orçamento anual) e do resultado econômico, de custos e da qualidade do gasto público.

3ª. – faz surgir o Balanço como a peça informativa central para tomada de decisões e de planejamento.

Por tudo isso, antes de criticar os procedimentos de consolidação, é preciso avaliar o que vem sendo discutido no resto do mundo. Afinal, todos devem concordar que o sistema de informações contábeis é de fundamental importância para a melhoria contínua da governança pública.

“**O ESA tem por objetivo fornecer uma linguagem econômica comum indispensável aos diferentes trabalhos de análise e de projeção ligados ao exame e à orientação das políticas econômicas.**”

Por outro lado, é preciso lembrar que os procedimentos para consolidação têm como base nos princípios contábeis sob a perspectiva do setor público (Resolução CFC 1.111/2007 com as alterações posteriores) e no estabelecimento de padrões

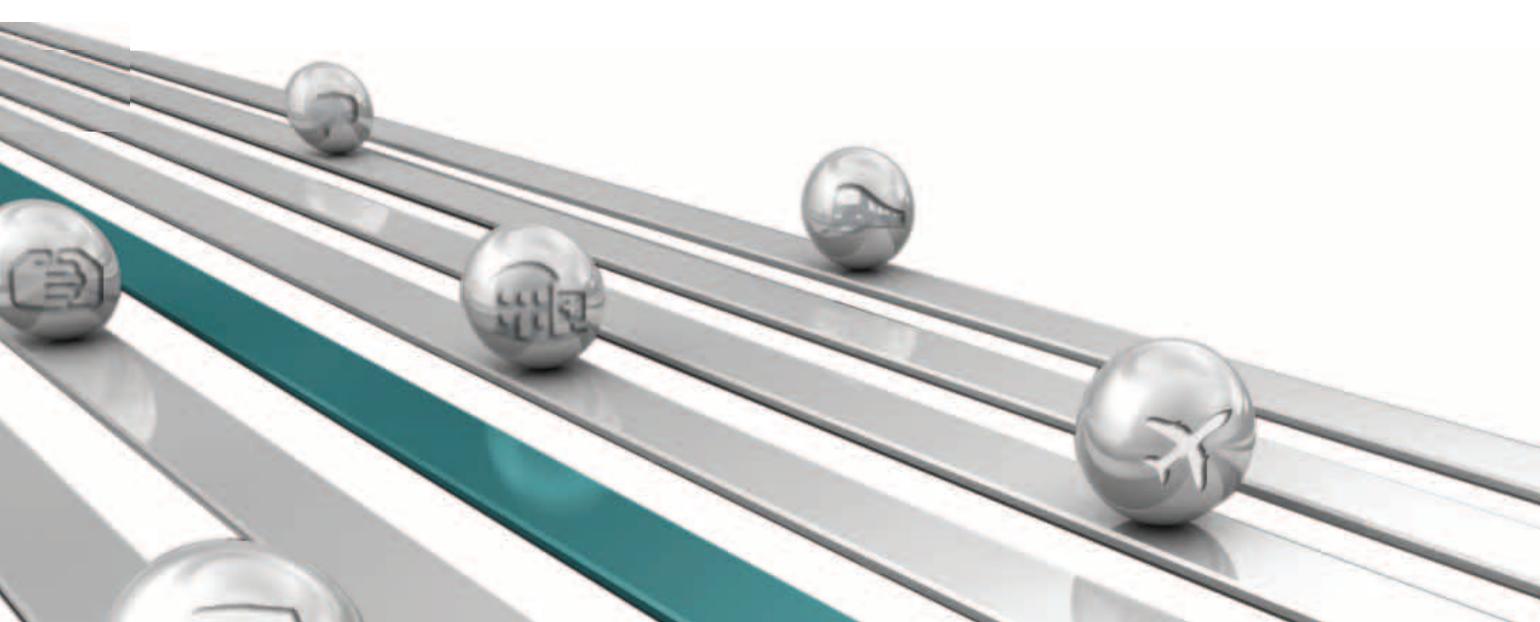
de comportamento consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT SPs).

Em especial cabe referência à aplicação do princípio da competência como condição indispensável para o conhecimento integral do patrimônio, para fins de governança e implementação de sistema de custos, com vistas à qualidade do gasto público.

Neste aspecto é de fundamental importância a leitura do Acórdão do Tribunal de Contas da União em que o ministro Raimundo Carreiro, relator da matéria, afirma que “é de todo louvável e necessário o esforço empreendido pelo Poder Executivo e pelo Conselho Federal de Contabilidade no sentido de buscar a convergência dos procedimentos contábeis aos padrões internacionais”

Referindo-se à aplicação do princípio da competência às receitas públicas o Relator tece o seguinte comentário:

“Portanto, esse é um aspecto que reputo fundamental e decisivo para o deslinde da questão. A ausência de controle e



evidenciação contábil dos créditos a receber favorece a ocorrência de fraudes nos diversos sistemas da administração pública federal que controlam os valores a receber das autarquias, agências reguladoras, Receita Federal, Procuradorias e demais órgãos e entidades que arrecadam receitas públicas. Não são raros os casos veiculados na imprensa de baixas indevidas em sistemas de multas dos Detran, por exemplo, ou de débitos de IPTU, IPVA e outros créditos da fazenda pública. O controle contábil desses créditos por meio dos balancetes e demonstrações contábeis permite evidenciar os montantes de créditos baixados, esta informação importante para uma fiscali-

zação eficiente por parte dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas da União. ”

“
 (...) A consolidação das contas, na forma como está incluída na Lei de Responsabilidade Fiscal e a utilização do método digráfico de consolidação, parece indispensável para uma nova forma de governança no setor público ”

ços, os balancetes e os manuais, passando a ser uma direção que se toma com o objetivo de evidenciar corretamente o patrimônio público.



Lino Martins é contador, livre docente e sócio da Limasi Consultores e Auditores Associados Ltda.



Sem dúvida esta é uma decisão histórica para a Contabilidade Pública brasileira a partir da qual deixará de ser um ponto que se atinja com os registros, os balan-



REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 1.111/2007. APROVA O APÊNDICE II DA RESOLUÇÃO CFC Nº. 750/93 SOBRE OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.367/11)

COSTA, Sousa Virginia Granate. Intervencionismo em Contexto de Crise e a Informação dos Sistemas Internacionais

de Contabilidade Nacional, 7º Congresso Nacional da Administração Pública: Estado e Administração na Resposta à Crise, Novembro, Lisboa, publicado na Revista Estudos do ISCA, IV, série, n. 2, 2010

RAVANELLO, Holy. A consolidação dos balanços públicos – seus estudos teóricos e aspectos técnicos. Imprensa Universitária: Porto Alegre, 1958

SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental um enfoque da nova Contabilidade Pública. Editora Atlas: S.Paulo, 2011

Blog do Prof. Lino Martins. <http://linomartins.wordpress.com>. Acesso em 15/07/2012.

A Contabilidade em busca do crédito perdido

* Maria Clara Cavalcante Bugarim

** Inaldo da Paixão Santos Araújo

*** Paulo Henrique Feijó

**** Pollyanna Silveira

A Contabilidade aplicada ao setor público brasileiro passa, há algum tempo, por um relevante processo de modernização de suas práticas conduzido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Essa iniciativa tem possibilitado a elaboração de demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros mais adequados e transparentes, contribuindo para uma visão mais fiel e justa do patrimônio público, em estreita observância a padrões internacionais.

Sobre esse tema, urge citar o pensar do Tribunal de Contas da União (TCU), manifestado no voto do Processo nº TC

026.069/2008-4, que objetivou avaliar a legalidade de alterações em procedimentos contábeis que provocaram impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/1964, bem como pelas normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público:

[...] é de todo louvável e necessário o esforço empreendido pelo Poder Executivo

e pelo Conselho Federal de Contabilidade no sentido de buscar a convergência dos procedimentos contábeis com padrões internacionais. A Contabilidade é uma ciência social em constante evolução e seu desenvolvimento está diretamente relacionado com as mudanças do ambiente em que atua e a forma de organização



das entidades. No contexto da globalização, a harmonização internacional das normas contábeis impõe-se como uma necessidade, em razão da integração dos mercados, e uma exigência de investidores e credores, para viabilizar a comparação de informações entre diferentes entidades.

Um dos pilares dessa mudança é e será

a busca incessante do reconhecimento, avaliação, mensuração, registro e evidência de todos os ativos e passivos do governo, o que passa, necessariamente, pela adoção integral do Princípio da Competência (accrual basis, para os americanos e princípio de devengo, para os espanhóis).

O registro do Contas a Receber no setor público

De logo, é importante enfatizar que, no setor público brasileiro, em face da ênfase dada à questão orçamentária, não havia – e ainda não há – preocupação mais efetiva com o controle patrimonial do “contas a receber” relacionado com o crédito tributário.

No setor privado não é razoável que uma entidade não possua o controle e exerça o acompanhamento dos valores a receber decorrentes de suas vendas a prazo. Assim, a título de exemplo, uma companhia de energia elétrica, ao contabilizar seus créditos a receber relativos às contas faturadas, considera os princípios contábeis da competência e da oportunidade, quando apura o valor devido pelo

consumidor, de acordo com o consumo efetuado, que é o fato gerador do registro contábil.

Contudo, no setor público consolidou-se a cultura orçamentária de se registrar as receitas sob o regime de caixa, sem o registro prévio do valor a receber, por exemplo, dos créditos tributários ou mesmo das multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização e que ainda não foram arrecadadas.

Essa prática não impediu, até o momento, que os balanços patrimoniais de todos os entes da federação (União, Estados, DF e Municípios) fossem aprovados pelos respectivos órgãos de controle, mesmo sem o registro de todos os ativos (direitos a receber) na Contabilidade.

Tomando-se, para fins de ilustração, o caso de uma prefeitura que envia o boleto de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o contribuinte, pode-se verificar que, neste momento, o contribuinte tem uma obrigação a pagar e, conseqüentemente, a prefeitura tem um crédito a receber que deveria ser registrado em contrapartida de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA).

Torna-se relevante afirmar, de logo, que esse registro do contas a receber, no setor público não afetará a receita orçamentária do ente público, portanto, não

amplia sua capacidade de gastar ou de se endividar.

Atualmente o registro do crédito a receber somente é feito depois de inscrito em dívida ativa, isso naqueles entes que exercem o controle dessa sua dívida. No entanto, algumas perguntas devem intrigar os contadores, diante dos aspectos patrimoniais da Contabilidade: é somente neste momento que o setor público deve evidenciar os valores a receber? Como se

“ É importante diferenciar o conceito patrimonial do conceito orçamentário e seus reflexos na apresentação das demonstrações contábeis. ”

pode saber quantos dos créditos cobrados/lançados foram arrecadados antes de serem inscritos em dívida ativa?

A verdade é que, em geral, não há transparência dessa informação nos balanços do setor público, pois, normalmente, não se registra, na Contabilidade, o crédito cobrado e não pago.

As mudanças propostas que visam à adoção integral do Princípio da Compe-

tência objetivam, entre outros aspectos, evidenciar o montante dos créditos lançados pela fazenda pública e ainda não arrecadados, similarmente ao que acontece com os créditos inscritos em dívida ativa, trazendo ao setor público as boas práticas de gestão de créditos a receber, há muito em uso no setor privado.

Vale ressaltar que no governo federal todas as empresas estatais dependentes utilizam, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e já registram os créditos a receber. No caso delas, não decorrentes de tributos, mas de serviços prestados ou bens entregues, porém não recebidos. Algumas autarquias, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), já realizavam, desde 2000, o controle dos créditos previdenciários e administrativos, transferidos, posteriormente, para o controle da Receita Federal do Brasil (RFB).

É importante diferenciar o conceito patrimonial do conceito orçamentário e seus reflexos na apresentação das demonstrações contábeis. Os créditos são reconhecidos sob o aspecto patrimonial.



Na medida em que são arrecadados e se tornam “caixa”, são escriturados como receita orçamentária no respectivo exercício (aspecto orçamentário), em conformidade com a melhor interpretação do artigo 35 da Lei nº 4.320/1964.

Registre-se, por oportuno, que tal procedimento segue o mesmo rito da inscrição em dívida ativa, que somente se “transforma” em receita orçamentária depois que o contribuinte liquida sua obrigação junto à fazenda pública. A grande diferença, ora proposta, é que a Contabilidade aplicada ao setor público passe a evidenciar o direito a receber em momento anterior ao da inscrição em dívida ativa, permitindo acompanhar os fatos posteriores, como a arrecadação e a própria baixa do crédito, que, porventura, venham a ocorrer.

Há indubitavelmente vários artigos na legislação que respaldam a necessidade do adequado reconhecimento, mensuração e evidenciação patrimonial de todos os ativos e passivos, inclusive dos créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa anteriormente à sua arrecadação.

A ausência do registro contábil e os efeitos sobre o controle

A ausência de controle e evidenciação contábil dos créditos favorece a possibilidade de frau-

des, tais como baixas indevidas em sistema de multas, de débitos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e outros créditos da fazenda pública.

Como é sabido, somente com a realização de auditorias financeiras nos sistemas que controlam as cobranças é que os órgãos de controle interno e externo poderão identificar se estão ocorrendo ou não baixas indevidas. E, sendo assim, o controle contábil, por meio de balancetes, demonstrações contábeis e outros relatórios, possibilita evidenciar os montantes de créditos a receber e créditos baixados, e esta informação pode servir de ponto de partida para a realização de auditorias mais eficientes por parte dos Tribunais de Contas e controladorias.

Provavelmente, essa foi uma das preocupações do legislador, ao incluir o artigo 48-A na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), por meio da Lei Complementar nº 131/2009, obrigando todos os entes da federação a dar transparência dos créditos gerados pelo lançamento da receita.

Outro aspecto relevante relacionado com a LRF é que a não evidenciação de todos os ativos pelo Princípio da Competência faz com que o setor público divulgue um patrimônio líquido subestimado. Em consequência o demonstrativo da evolução desse patrimônio, previsto no artigo 4º, §2º, inciso III, que é parte integrante do

Anexo de Metas Fiscais, não demonstra a real posição do patrimônio do setor público.

Além disso, verifica-se uma preocupação crescente dos órgãos de controle interno e externo para que o governo promova ações que melhorem a gestão dos créditos a receber, registrados em dívida ativa. Tal melhoria, passa, necessariamente, pela garantia da integridade do sistema que controla os valores a receber por meio dos registros contábeis.

De mais a mais, é salutar que o gestor público, principalmente na esfera municipal, prepare-se para essa nova realidade e envide esforços para implantar, o quanto antes, essas relevantes mudanças na Contabilidade aplicada ao setor público.

Importante se faz repensar práticas, procedimentos e controles do setor tributário ou de arrecadação enquanto parte essencial da administração pública. Esse setor, portanto, além de necessitar contar com técnicos devidamente capacitados e motivados, deve estar perfeitamente integrado com a área contábil, assim como precisa possuir sistemas que permitam a elaboração de relatórios completos, oportunos e verdadeiros para possibilitar a correção dos registros contábeis e a adequada divulgação dos fenômenos patrimoniais nos respectivos relatórios financeiros.

Não se pode conceber nos dias atuais um setor tributário de uma entidade, em



especial na esfera dos municípios, como mero emissor de documentos de arrecadação municipal, normalmente conhecidos pela sigla de DAMs, que ocorre, o que é pior, somente quando o eventual contribuinte do tributo comparece à repartição pública para quitar sua dívida.

Esses pressupostos básicos em muito contribuiriam também para a transformação das demonstrações contábeis do setor público, em especial o Balanço Patrimonial, para que elas expressem de forma justa, clara, tempestiva e adequada a situação patrimonial e o resultado das operações conforme a realidade de cada ente e sempre à luz dos Princípios de Contabilidade.

Conclusão

Dessa forma, verifica-se que é inegável a importância para uma gestão eficiente do controle patrimonial e da transparência dos créditos tributários, a partir da fase do lançamento e dos demais créditos no momento da ocorrência do fato gerador.

Em arremate, e para que não parem mais dúvidas, vale a pena enfatizar o excerto do relatório anexo ao ACÓRDÃO nº 158/2012, do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao Processo nº TC 026.069/2008-4, que objetivou avaliar a legalidade de alterações em procedimentos contábeis que provocaram impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/1964, bem como das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público:

7. Nesse sentido, o alinhamento das normas contábeis aplicadas ao setor público brasileiro às normas internacionais requer a implementação de uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção do regime de competência para as receitas e para as despesas, com o objetivo de conferir maior transparência ao patrimônio público.

“ **Importante se faz repensar práticas, procedimentos e controles do setor tributário ou de arrecadação enquanto parte essencial da administração pública** ”

A Contabilidade aplicada ao setor público tem papel institucional importante nesse processo, o que pode resultar em melhoria concreta para a sociedade, por meio da distribuição mais justa do ônus tributário, ao permitir o controle da cobrança de todos que devem ao Estado. O desafio, conseqüentemente, está lançado.

Cabe, agora, a todos os contadores, arregaçar as mangas, combater o combate dos justos, resgatar das profundezas do patrimônio público e evidenciar de forma objetiva, clara e oportuna, o “tesouro do crédito perdido”.

Referências

_____. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

_____. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. Introdução à contabilidade governamental. Salvador: Zênite, 1999. 450 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução n.º 1.128, de 21 de novembro de 2008.

* Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

** Mestre em Contabilidade. Professor universitário. Auditor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Escritor.

*** Pós-graduado em Contabilidade e Finanças. Professor universitário. Coordenador-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Escritor.

**** Contadora. Pós-graduada em gestão pública Especialista em Contabilidade Pública Municipal.

PERFIL I

José Martonio Alves Coelho



Nascido na cidade do Crato, Ceará, José Martonio Alves Coelho, iniciou seus estudos no Colégio Diocesano de Crato, e, incentivado pelo pai, Antonio Coelho Lima, concluiu seus estudos técnicos em contabilidade na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, no Colégio Fênix Caixeiral, no ano de 1969, quando iniciou o exercício profissional em Contabilidade. Já em 1973, José Martonio, ingressa no curso superior de Ciências Contábeis, pela Universidade de Fortaleza – Unifor, vindo a concluir em 1976.

Em 1977, ainda na Unifor, ingressa no Magistério, lecionando no Curso de Ciências Contábeis, onde veio a ser coordenador do curso, e, posteriormente, eleito diretor do Centro de Ciências Administrativas da Universidade.

Sua militância nas entidades de Classe iniciou em 1988, quando foi eleito conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade, logo depois chegando a ser presidente do órgão, em dois mandatos. Junto com o ano de 1984 veio a formatura no curso de Direito, profissão que

também exerce. Em 2000, concluiu o Mestrado em Administração de Empresas e atualmente é doutorando em Direito Constitucional.

Foi eleito conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade, representando o Estado do Ceará, tendo posteriormente sido eleito para a presidência do órgão. Enquanto presidente do CFC reascendeu a participação dos presidentes dos Conselhos Regionais nas decisões de interesse da classe, e como marco principal, aprovou da Lei que modifica a composição do Plenário do CFC, que até então era representado por apenas 15 Estados, passando a ter uma composição de todos os 27 Estados, incluindo o Distrito Federal.

José Martonio Alves Coelho, que hoje exerce a presidência da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), é um contabilista que se destaca pela sua competência profissional, acadêmica e militante, pois é um homem que se dedica à constante evolução da ciência contábil. Essa dedicação já foi reconhe-

cida por algumas honrarias, tal como a Medalha do Mérito Contábil Ulisses de Góes, outorgada pelo Conselho Regional do Rio Grande do Norte; a Medalha de Mérito Contábil, Pedro Pedreschi, concedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do São Paulo; e a Medalha de Mérito Contábil, em comemoração aos 40 anos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará.

No 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, José Martonio recebe a Medalha de Mérito Contábil João Lyra, a qual ele descreve como a mais alta importância recebida. "De fato [essa medalha] é o ápice na carreira de qualquer profissional, dado que é uma outorga onde poucos profissionais fizeram jus, ademais é uma indicação de todos os Conselhos Regionais do Brasil, referendada pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade. Fazer parte do rol dessa galeria, onde poucos e renomados profissionais fazem parte, é motivo de muito orgulho, bem como de muita responsabilidade, o que me leva a refletir se efetivamente sou merecedor", conclui.

PERFIL II

Valcemiro Nossa



Ele nasceu na cidade de Guaraná, município de Aracruz, Espírito Santo, viveu no interior até os 17 anos, onde estudou e concluiu o curso técnico de contabilidade no Colégio Aparício Alvarenga. Começou na área contábil ainda jovem, aos 16 anos. Em 1983, enquanto cursava o nível técnico, teve a oportunidade de trabalhar em um pequeno escritório, e aos 18 anos já começou a lecionar na escola em que se formou.

No ano de 1985, Valcemiro Nossa, além de professor técnico, também cursava o 2º ano de Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina – FACEC, localizada a 70 km de onde morava. E, diariamente, vencia o leão da distância para se dedicar a contabilidade.

Depois de terminar a faculdade, Valcemiro atuou por nove anos na área de contabilidade com pequenas e grandes empresas, além de escritórios. Passados esses anos, migrou para a área acadêmica, onde fez mestrado e então doutorado. “Sempre procurei me dedicar e participar de trabalhos e ações em prol da educação na área da Contabilidade”,

comenta. Também lembra que a dissertação de mestrado foi sobre a Formação dos Professores de Contabilidade no Brasil.

Ao final do doutorado, se sentindo incomodado com a forma como vinha sendo trabalhado o ensino no Brasil, juntamente com alguns amigos, criou a Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – Fucape, uma Instituição de Ensino que hoje é referência no Brasil. “Hoje temos cursos de graduação, MBA, Mestrado e Doutorado. Todos na área de negócios que envolve contabilidade. Na Fucape foi possível implementarmos ideias que tínhamos e que não conseguimos implementar em outras instituições”, acrescenta.

No período após o término do doutorado, Valcemiro tem participado de algumas entidades da área contábil, entre eles: CFC, CRC-ES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Este ano, Valcemiro Nossa faz parte do Comitê Científico do 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. “Atuar como coordenador

do Comitê Científico é um grande desafio. Exige muito tempo de dedicação (madrugadas, sábados e domingos), mas o lado bom é que neste comitê conseguimos trabalhar o conteúdo do Congresso e isso traz muita responsabilidade. Sugerimos o conteúdo dos painéis, bem como fazemos toda a gestão da recepção, avaliação e programação dos trabalhos a serem apresentados”, afirma. A primeira experiência de Valcemiro no comitê de um congresso foi na 18ª edição do CBC, que aconteceu em 2008, em Gramado, Rio Grande do Sul.

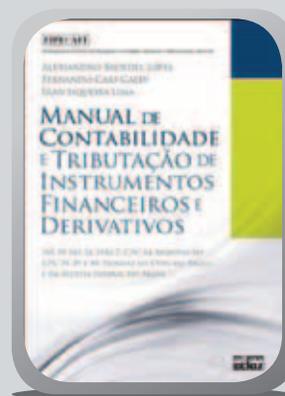
A trajetória de Valcemiro Nossa é completamente atrelada à evolução do ensino da contabilidade no Brasil. “Eu acredito que o modelo contábil brasileiro tem muito a evoluir e esse desenvolvimento passa pelo processo educacional dos atuais e futuros profissionais da contabilidade. Assim tenho trabalhado bastante nesse foco: de conscientização dos profissionais para a necessidade da qualificação. Esse trabalho tem sido muito gratificante, embora desafiador”, conclui.



Manual de Contabilidade Societária

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.
São Paulo: Atlas, 2010.

A publicação busca orientar as empresas, profissionais e mercado em geral, no que diz respeito às várias e importantes evoluções com a convergência completa às normas IASB.



Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos

LOPES, Alexsandro Broedel; GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira.
São Paulo: Atlas, 2011.

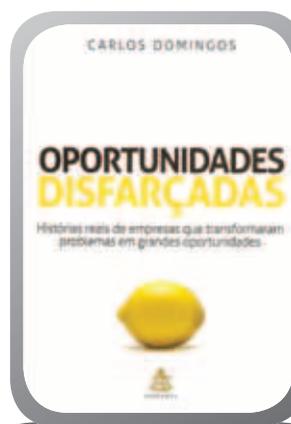
Oferece uma abordagem integrada para o tratamento dos instrumentos financeiros e derivativos, enfatizando a contabilização segundo as normas contábeis mais recentes - IFRSs e CPCs - e seus impactos para as empresas brasileiras.



Orçamento aplicado ao Setor Público

BEZERRA FILHO, João Eudes.
São Paulo: Atlas, 2012.

A obra trata do cotidiano do Orçamento Público, enriquecidos pela interação profícua com profissionais, combinando e equilibrando a densa fundamentação teórica com a parte prática dos orçamentos nos Entes Públicos.



Oportunidades Disfarçadas

DOMINGOS, Carlos.
Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

O livro traz histórias reais de empresas que transformaram problemas em grandes oportunidades. Vale a pena ler. Abre a mente dos contadores para algumas coisas.

2012

3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade



22 e 23 de Outubro de 2012
São Luís-MA

O Conselho Federal de Contabilidade e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal, em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) o Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRCMA) e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), realizarão neste ano de 2012 a terceira edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, nos dias 22 e 23 outubro de 2012, no Hotel Luzeiros, em São Luís-MA. O tema do Encontro é: Contabilidade é memória, São Luís 400 anos de história.

Para informações e inscrições **acesse:**
<http://lusobrasileiro.cfc.org.br/>



2013

XII Prolatino



7 a 9 de março de 2013 - Porto Seguro-BA

www.cfc.org.br
Mais informações em breve.
Aguardem!

EU

ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A partir de agora, a ABRACICON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracicon.org.br.



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SAS - Quadra 05 - Bloco J
9º andar, CEP: 70070-000 - Brasília, DF
Contato: Adriana Guimarães | (61) 3314-9453
abracicon@cfc.org.br | www.abracicon.org.br

